Crónicas Bibliográficas

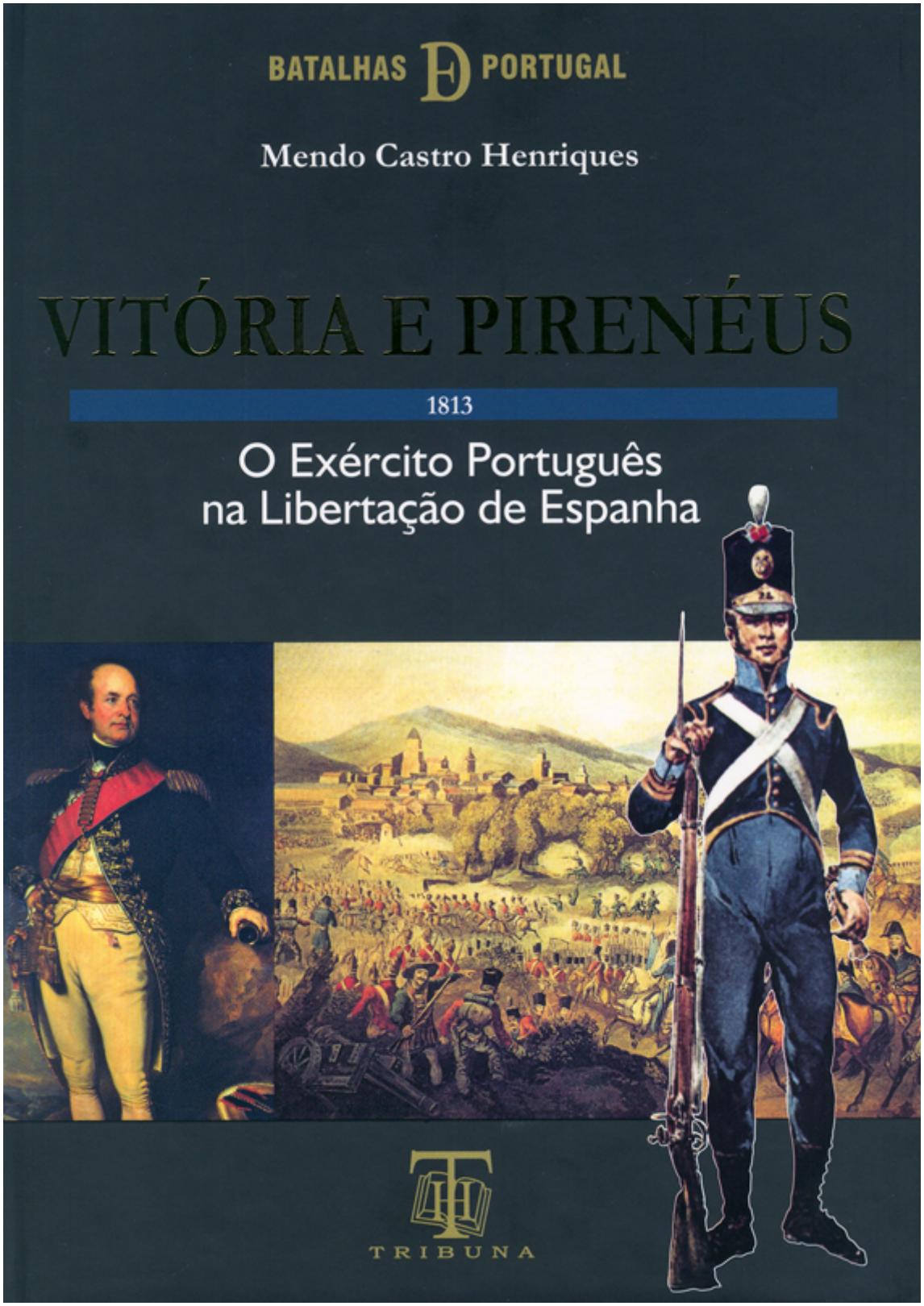
Major-general
João Jorge Botelho Vieira Borges

Coronel
Manuel Carlos Teixeira do Rio Carvalho

General
Gabriel Augusto do Espírito Santo

Vitória e Pirenéus, 1813.

O Exército Português na Libertação de Espanha



No 6 de Julho de 2009, no Museu Militar de Lisboa, teve lugar o lançamento do livro "Vitória e Pirenéus, 1813. O Exército Português na Libertação de Espanha", da autoria do Professor Mendo Castro Henriques. A obra, da Colecção Batalhas de Portugal, editado pela Tribuna da História, foi apresentada pelo General António Ramalho Eanes que, na

ocasião, proferiu as palavras seguintes:

"Confesso que me assaltaram a surpresa e a expectativa quando me foi dado saber que um académico ilustre, com vasta e meritória obra publicada - o Prof. Mendo Castro Henriques - aceitara elaborar um trabalho sobre as batalhas anglo-peninsulares de Vitória e dos Pirenéus. Surpresa que se desvaneceu logo que tive oportunidade de ler a nota introdutória de Castro Henriques. Outro tanto já não aconteceu com a expectativa, que exponenciada foi pela leitura daquela obra.

Desvaneceu-se a surpresa perante o propósito enunciado, pelo autor, para a obra. Propósito seu era tratar as batalhas de Vitória e Pirenéus, mas sem se quedar nelas, na sua descrição, explanação das suas causas, na exposição analítica das suas consequências. Pretendia mais, muito mais.

Propósito, enunciado pelo autor, era "analisar o impacto do Exército português de 1813 no desfecho das Guerras Napoleónicas e, por consequência, na história europeia", cruzando "os factores militares com outros de ordem cultural, diplomática e política, de forma a traçar um quadro histórico da ofensiva anglo-portuguesa que sucedeu às Invasões Francesas" (pág. 5).

Assim se exponenciava a minha expectativa, pois curioso, muito curioso, fiquei por saber como compaginava, o autor, o tratamento das batalhas - tão importantes e de tão marcantes consequências para as histórias peninsular e europeia - com o seu enunciado «ambicioso» propósito.

Lida a obra, satisfeita, ultrapassada mesmo, foi a minha expectativa. Castro Henriques teve a inspiração, a capacidade e o mérito de realização plena conseguir para o seu anunciado propósito.

Interessante e atraente é a arquitectura do trabalho que, para além de disponibilizar mapas, que facilitam o seguimento das operações, oferece, também, fotografias, não só dos diversos autores responsáveis, como de muitos actores empenhados na campanha, com os respectivos fardamentos.

Também a vivacidade da linguagem, aliada à descrição pormenorizada dos acontecimentos, contribui para que o leitor visualize este período histórico e leia, com gosto, este excelente livro. Livro que muito proveito terá não só para militares ou estudiosos da História, como para todas as pessoas que queiram conhecer este período em que a Sociedade Civil portuguesa, em manifestação inorgânica primeiro e organizada depois, soube, sem liderança governativa, opor-se aos franceses e constituir exemplo para outros países europeus.

Como diz Castro Henriques, a vitória de 1813 é "um caso de sucesso, que merece bem ser conhecido na história militar" (pág. 32).

A reorganização do Exército, depois da retirada de Burgos, em que proeminência tem o

marechal Beresford, comandante do Exército, e o general Forjaz, ministro e Secretário do Governo de Guerra, Marinha e Negócios Estrangeiros (segundo Wellington "the best man in the Peninsula" - pág. 48) constitui exemplo paradigmático de como reconstruir inovadamente é, por vezes, a solução que melhor permite eliminar os vícios do passado, permitindo que novas gentes ganhem fôlego, visibilidade e possam mostrar o que valem.

Forjaz, graças à sua competência e empenhada acção, foi capaz de reorganizar, com sucesso, um Exército que fora, primeiro, fragilizado pela saída da Corte para o Brasil (que mais de um terço dos oficiais superiores acompanhou), pela constituição da Legião Portuguesa, que foi enviada para França (e que terá consumido um outro terço dos quadros superiores do Exército) e, depois, dissolvido por Junot, altura em que o terço restante dos quadros superiores do Exército se demitiu. Forjaz que, assim, terá impedido que os britânicos se tivessem "apossado da condução da defesa do país, como Stuart e Wellington debateram no início de 1811" (pág. 32).

Esta radical eliminação do antigo Exército aristocrático, em que o acesso aos postos superiores estava ligado à origem social, tem como consequência benéfica que a maioria dos oficiais do novo Exército tenham origem social na nobreza da província, nos sectores urbanos e nos elementos mais competentes das milícias e ordenanças que encabeçam as insurreições populares de 1808, e que, depois, são confirmados ou promovidos pelas Juntas Regionais.

Daqui "Nascera um corpo de escol que domina as técnicas e conhecimentos militares, e está aberto às ideias liberais" (pág. 38), porque sente na pele que o poder último - logo primeiro - também é a Sociedade Civil, a Nação, que ela é a última e a mais forte reserva do espírito distintivo nacional, e que só acata, ou só confirma, obediência real, a da ética e do moral, aos melhores, na sua acção directa, no seu empenhamento colectivo, aos diferentes níveis. Abertas a uma prática liberal, mais abertas não podiam estar às ideias liberais.

Segundo o autor, todos "Consideravam a meritocracia necessária para substituir o velho regime do privilégio que permitia à nobreza governar com base no nascimento" (pág.13). Enfim, todos pensavam que, com a revolução, uma nova era se abria na história europeia, em que a liberdade e o mérito sepultariam os privilégios de feudalidade.

A desilusão sobre o norteamento paradigmático meritocrático da Revolução Francesa só mais tarde iria progressivamente instalar-se e crescer, na Europa, quando a convulsão revolucionária francesa fez emergir a «ambivalente» figura de Napoleão, que restaura a ordem, consolida a burguesia, institucionaliza muita da revolução na vida colectiva dos franceses e confisca a liberdade, mesmo na Pátria revolucionária da liberdade, a França. Desilusão que entre a maioria da elite de então se torna zenital, quando depois de, baldamente, termos comprado a paz, a Napoleão, nos confrontamos com o Tratado de Fontainebleau, em que se acorda a partição de Portugal entre França e Espanha, fazendo-se tábua rasa da liberdade das nações e dos Estados.

No que se refere à luta contra a ocupação francesa, num registo quase militar, de

pormenor não enfadonho, mas antes bem atractivo, Castro Henriques trata, com sequencial racionalidade, da organização do Exército anglo-português destinado a concretizar a estratégia de vitória: o comando e controlo, a logística e finanças, os oficiais ("a tarimba do liberalismo" - pág. 33), e as tropas ("Os valorosos"). Também com pormenor quase militar trata todas as etapas do processo estratégico, debruçando-se com criteriosa seriedade sobre: informações, preparação da tropa, utilização do terreno, escolha do momento, logística e manobra (e, nela, as medidas adoptadas para enganar o inimigo, sobre o seu verdadeiro intento).

Descreve-nos o autor o terreno de batalha, pormenoriza o dispositivo francês, apresenta-nos o plano de batalha, descreve os primeiros embates, descreve-nos, com preocupada minúcia, a batalha, retrata-nos o avançar final.

É esta Batalha de Vitória e dos Pirenéus, e consequente expulsão dos franceses da Península Ibérica, que leva Metterlich, chanceler austríaco, a resolver a situação de hesitação em que se encontrava e decidir juntar-se à Aliança que englobava a Prússia, a Rússia, a Suécia e a Inglaterra, além de Portugal e Espanha, com um exército de 300 mil homens e dois generais (um francês e um suíço) que tinham abandonado o Exército napoleónico e bem conheciam as estratégias de Napoleão e sobretudo a importância decisiva da presença e acção do Imperador no comportamento militar dos soldados em campanha. É esta Aliança que, reforçada pela Áustria, derrota Napoleão em Leipzig, assim anoitecendo a sorte, o destino e as ambições do grande Imperador.

De relevante importância histórica é ainda um tema a que o autor dedica especial atenção e tratamento. Defende o autor que "A hipótese de introdução em Portugal das ideias liberais por via dos invasores francesas está hoje afastada" (pág. 38).

Na altura das invasões, ilustrada se encontrava a elite, intelectual sobretudo, sobre o Liberalismo, dada a sua ligação estreita à Grã-Bretanha e a atenção e estudo dedicado à Revolução Francesa.

A prova, se de prova se carecesse, poder-se-á encontrar na iniciativa das elites lisboetas em escrever um projecto de Constituição liberal, que Francisco Duarte Coelho entrega a Junot, para fazer chegar a Napoleão. Constituição que acolhimento concede à igualdade dos cidadãos perante a lei:
- A liberdade de imprensa;
- A atribuição do Executivo a um Conselho de Estado formado por ministros;
- A um poder legislativo;
- A um poder judicial independente;
- À escolha dos funcionários baseada no mérito;
- À secularização dos bens eclesiásticos.

E, tão interessante quanto actual, à reorganização da administração com um número imenso de funcionários públicos.

Mas, se é verdade que a tentativa se gorou e as populações passaram a odiar tudo o que

cheirava a francês, verdade é, também, que são "a revolução de meados de 1808 e os levantamentos populares antifranceses que permitem a «nação em armas»; a restauração da legitimidade acarreta, paradoxalmente, uma abertura" (págs. 38-39).

Foi aqui, no contacto com a Sociedade Civil - e, depois, em campanha, em que distinguidos só eram os melhores - na interacção de positiva aprendizagem política inglesa e espanhola sobretudo (que realizaram ao "tambor do liberalismo"), que se encontravam os mais valentes e ardorosos defensores da causa constitucional.

Na difusão do liberalismo entre nós, influência grande teve Espanha e a comunicação social, nacional e estrangeira, pouco lida mas muito difundida oralmente. Espanha porque ligado ao seu destino estava o nosso, porque as Juntas de Governo Local lusas curiosidade tinham em saber como as espanholas se organizavam e actuavam, porque teve Espanha a ousadia de reunir as Cortes e plasmar o liberalismo na Constituição de Cádis, em 1812, que tanta influência viria a ter em Portugal.

Para este estado de espírito popular meritocrático, influência terão tido os próprios governadores do reino, cuja sobrevivência política os leva a apelar à Pátria, ao patriotismo, à independência, à Nação e à liberdade.

Liberais no apelo, que não na convicção, «oportunistas da acção», como lhes poderia chamar António Sérgio, se mostraram alguns governantes na reacção que protagonizaram a seguir à guerra peninsular, intentando - sem resultado, é certo - travar o passo ao avanço imparável da meritocracia, e que José Libranto Freire de Carvalho tão bem retrata: "Enquanto durou a guerra com a França, e nossos governantes precisavam de nossa energia e entusiasmo para que ela se concluísse a bem deles, e não a bem do povo, a Imprensa, por assim dizer, foi livre em Portugal: então tudo se escrevia, todos escreviam e a todos era lícito revelar seus pensamentos. Mas assim que a guerra acabou, (…) e só conservaram a Gazeta de Lisboa (…), em que crer devem os fiéis que tudo está escrito quanto necessário é para a vida política, civil e religiosa" (pág. 40).

Termino, felicitando a editora e o autor.

A editora por mais esta obra, que homenagem presta à Nação, e, nela, sobretudo àqueles que sentem a obrigação socrática que resulta de serem filhos dilectos, por mérito na acção.

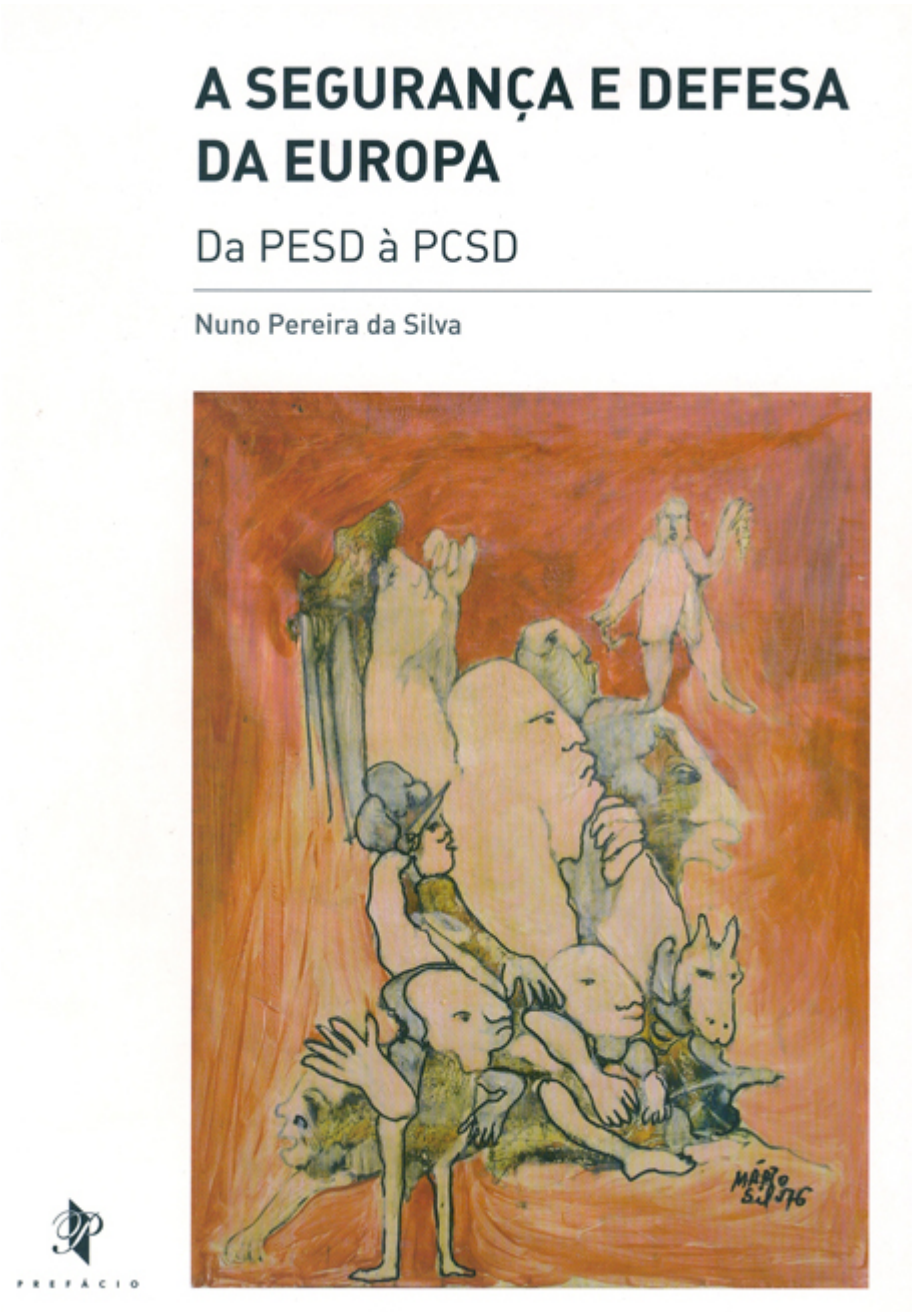
Felicitar o autor, Mendo Castro Henriques, pela obra erudita, em que nos retrata um Portugal que, por traumáticas razões, descobre e afirma a sua Sociedade Civil; que aprende que ela, organizada e dirigida pelos seus filhos de maior mérito (mérito comprovado na acção, mérito reconhecido e premiado), é capaz de realizar sonhos e utopias, como expulsar o grande Napoleão; e que aprende que os seus filhos, mesmo os menos ilustrados, se igualam aos melhores, estrangeiros que sejam, quando, como eles, recebem boa instrução, têm bom comando, são respeitados.

O seu trabalho, Professor Mendo Castro Henriques, é, sem favor, um trabalho de

referência, de especial referência.”

General Gabriel Augusto do Espírito Santo
Presidente do Executivo da Direcção da Revista Militar

A Segurança e Defesa da Europa, da PESD à PCSD



O nosso Sócio Efectivo, Coronel Nuno Pereira da Silva, publicou agora o livro A

Segurança e Defesa da Europa, da PESD à PCSD, que constitui um magnífico contributo para quem quiser estudar os passos e hesitações da Europa na procura de uma Política Comum de Segurança e Defesa.

O Autor, estudioso do assunto e com larga experiência nacional e internacional ligado à componente militar da União Europeia, no seu Comité Militar, desde há algum tempo que escreve para a Revista Militar e outros órgãos especializados da imprensa militar chamando a atenção e esclarecendo sobre este importante pilar da construção da Europa.

A obra que agora assina é não só um manual cronológico mas também um dicionário de conceitos, importante para texto de apoio a todos os que debruçam sobre a Segurança e a Defesa da Europa, as posições de Portugal sobre o assunto e os passos que progressiva, ainda que lentamente, se têm dado.

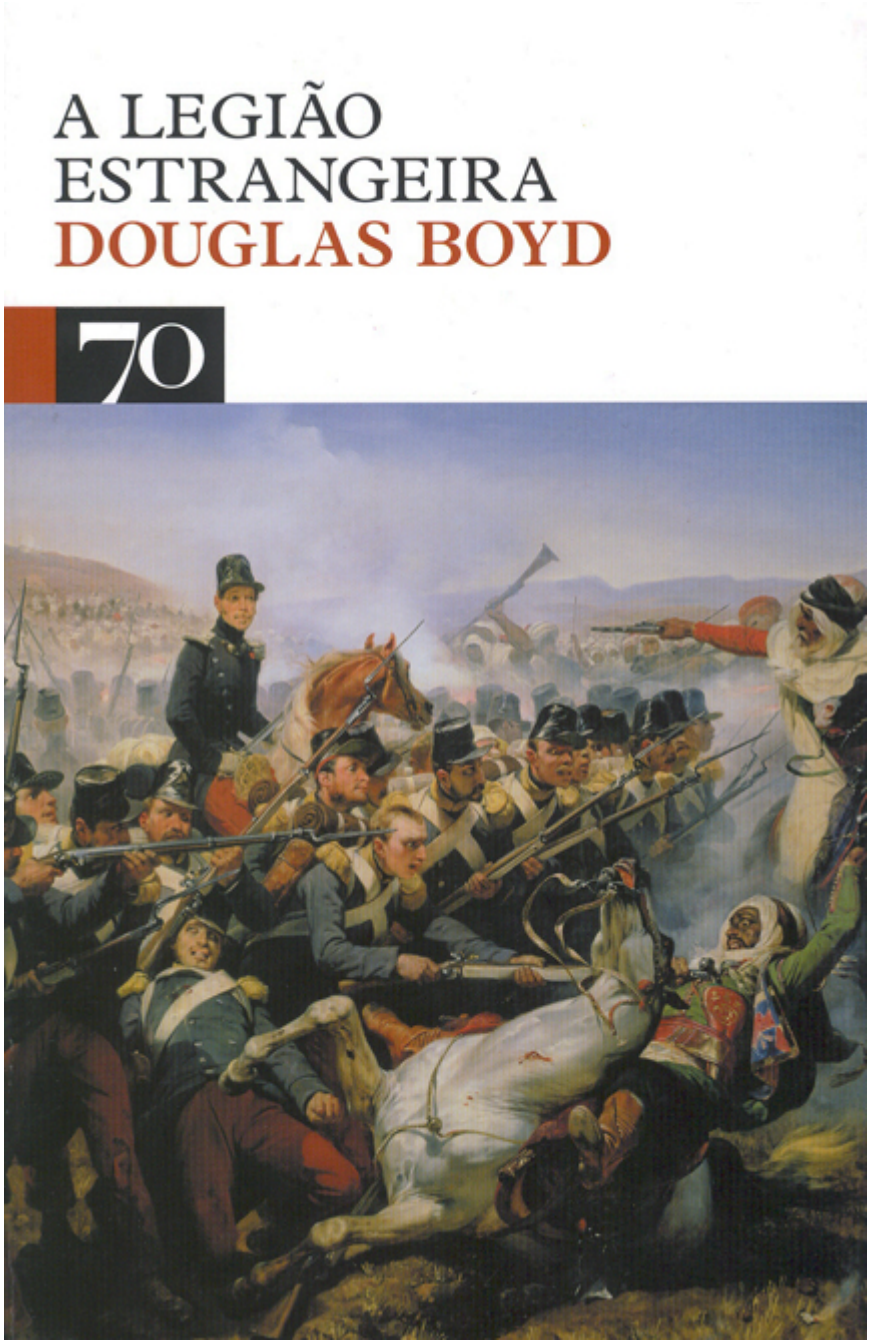
Bem organizado, o seu índice reflecte uma lógica sequencial que cobre os anos desde os Headline Goals de Helsínquia, com sequência na definição de cenários de actuação e capacidades militares durante a presidência de Portugal na União Europeia (2000), até aos compromissos contidos no Tratado de Lisboa (2008).

A Revista Militar deseja felicitar o Coronel Pereira da Silva por mais este seu trabalho, que deve constituir um texto de referência para quem se debruça sobre a política de segurança e defesa da Europa.

General Gabriel Augusto do Espírito Santo
Presidente do Executivo da Direcção da Revista Militar

A Legião Estrangeira

Douglas Boyd



Em combate lutarás sem paixão e sem ódio, respeitarás o inimigo vencido e nunca abandonará os mortos e feridos nem entregarás a tua arma.
(Do Código de Honra da Legião)

Por este livro de Douglas Boyd, autor de créditos firmados e "Legionário Honorário" perpassa, a propósito da História da Legião Estrangeira Francesa, a História da França, da Europa e, até, do Mundo nos Séculos XIX e XX.

Criada em 1831, já nela se incluíam os "indesejados da França" que, no entanto, se iriam bater e morrer por Ela em muitas das guerras em que aqueles séculos foram férteis.

Da Indochina ao México, das guerras Carlistas de Espanha à Itália, da Crimeia ao Daomé e a Madagáscar, da primeira e segunda Guerras Mundiais à Argélia, por todo o lado a Legião verteu o seu sangue, a maior parte estrangeiro, pela França, dentro da máxima que "A Legião não faz política, executa-a dentro dos limites da coragem humana".

Fanfarrões nas messes, cobrem-se de Glória em Cameron, Narvik, Bir Hakeím, Dien Bien Phu, em Kolwezi e em tantos outros lugares.

O seu célebre RMLE (Regimento de Marcha da Legião Estrangeira) era, em 1918 o segundo mais condecorado do Exército Francês.

A Legião teve, também, as suas "dores" como a luta fratricida entre facções fiéis a De Gaule e a Vichy durante a segunda Guerra Mundial, felizmente resolvida.

É esta a vivência riquíssima de um Corpo de Tropas ímpar, "desprezado muitas vezes até ser necessário" e que tem inserido na sua mística "o dever de obediência cega do legionário até à morte" que o autor nos transmite, como num livro de aventuras, ao longo de 500 páginas.

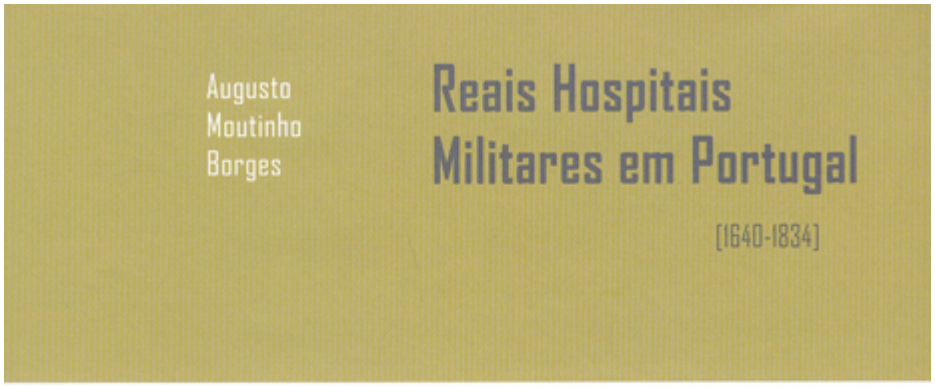
Leitura que se recomenda a quem se interessar por questões de História e, em particular, História Militar.

Apresentação cuidada de "Edições 70"

Coronel Tir Manuel Carlos Teixeira do Rio Carvalho
Vogal da Direcção da Revista Militar

Reais Hospitais Militares em Portugal

(1640-1834)



Esta obra, da autoria do Doutor **Augusto Moutinho Borges**, teve por base a tese de doutoramento em História da Medicina, que o autor defendeu na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e que obteve a mais elevada classificação por parte do Júri.

Prémio Defesa Nacional 2007, esta obra foi publicada em Abril de 2009, com o apoio da Comissão Portuguesa de História Militar, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, do CEIS 20 e da Direcção de História e Cultura Militar, numa edição de qualidade da Imprensa da Universidade de Coimbra.

Em cerca de 300 páginas, o autor começa por levantar os objectivos, a metodologia e o campo de investigação, para depois nos levar para algumas considerações "no tempo e no espaço", que nos enquadram no período em análise. Ao primeiro capítulo, dedicado à "assistência aos enfermos e doentes em Portugal", segue-se um segundo capítulo que aborda os Reais Hospitais Militares em Portugal, segundo as perspectivas do urbanismo, da arquitectura, e dos equipamentos militares. O terceiro capítulo leva-nos à arte existente no interior e exterior dos referidos hospitais, antes de umas conclusões e dos diferentes anexos, dos quais destacamos, pela sua singularidade, um conjunto de fotografias que em muito enriquecem o trabalho no seu conjunto. O livro tem *Proémio* do Prof. Doutor João Rui Pita, *Apresentação* do Prof. Doutor Ferraz de Oliveira e do Pe. Doutor Aires Gameiro e *encómio* do Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto.
Esta investigação inovadora leva-nos a "descobrir" uma rede cuidada de saúde militar no país, que teve o seu início com a restauração (1640-1668), a par da acção hospitaleira "de uma vasta rede mundial de saúde iniciada por uma grande português, S. João de Deus". Os Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus (patrono dos doentes e dos hospitais, dos enfermeiros e de todos os que cuidam dos doentes, a par de S. Camilo de Lellis) administraram os Hospitais Militares até 1704, chegando em alguns casos a 1834 (mais de 190 anos - daí que seja o Santo Patrono da Direcção de Serviço de Saúde Militar). Os hospitais militares constituíram no período em análise centros de grande formação técnica e científica, em parte devido ao papel diligente dos "gestores públicos" de então, os Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, "percursores de um novo conceito assistencial hospitalar do mundo moderno".

Com especial rigor, mas com uma escrita fácil, que vai ao encontro dos mais leigos, o autor traz-nos um trabalho que passa a constituir referência obrigatória em termos historiográficos, nomeadamente no que respeita à história da medicina portuguesa e à história da arte em Portugal. Resta congratular-me com o Doutor Augusto Moutinho Borges e fazer votos para o trabalho de investigação e de divulgação continue, a bem da cultura em Portugal.

Coronel João Vieira Borges
Vogal suplente da Direcção da Revista Militar.